



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638503 - SP (2021/0000972-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MICHEL DONIZETI DA SILVA
ADVOGADO : MICHEL DONIZETI DA SILVA - SP406948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFFRI ESTEVEN GARZON JIMENEZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFRI ESTEVEN GARZON JIMENEZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2273700-93.2020.8.26.0000).

O paciente está preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de furto qualificado e receptação (arts. 155, § 4º, e 180, ambos do Código Penal).

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz, ainda, que a prisão preventiva mostra-se desproporcional e que o paciente possui bons antecedentes e residência fixa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, até porque, da decisão do TJSP se extrai:

A r. decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (fls.58/61) está, devidamente, fundamentada nas circunstâncias fáticas. Observou-se, ainda, que o paciente possui condições pessoais desfavoráveis, visto que foi preso em flagrante em data recente, por prática do mesmo delito, sendo, inclusive, condenado, circunstância que, à evidência, indica personalidade voltada à prática de crimes, sendo

necessária a custódia para a garantia da ordem pública. Há indícios suficientes de autoria e prova de materialidade delitiva; e os requisitos da prisão preventiva, também, encontram-se configurados.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente